

# TRABALHO, TECNOLOGIA E DIREITOS NO BRASIL

VOLUME I



**Julice Salvagni**  
**Paulo José Libardoni**  
**Renato Koch Colomby**

Organização

Gest  
Ações

  
**UFRGS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL



# TRABALHO, TECNOLOGIA E DIREITOS NO BRASIL

Volume 1

Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções



Gest  
Ações



UFRGS, Porto Alegre, 2023

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas – PPGPP  
Escola de Administração da UFRGS  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS  
Grupo de Estudos e Ações sobre Mulheres e Trabalho – GestAções

### **Organização**

Julice Salvagni  
Paulo José Libardoni  
Renato Koch Colomby

### **Capa e Editoração**

Julice Salvagni  
Paulo José Libardoni  
Renato Koch Colomby

### **Autores**

Andrieli Vizzoto  
Cibele Cheron  
Daniel Abs da Cruz  
Évilin Matos  
Gabriel Eidelwein Silveira  
Julice Salvagni  
Jhonatan Silva  
Marcia Cristiane Vaclavik  
Nicole de Souza Wojcichoski  
Paulo José Libardoni

Paulo Ricardo Moraes  
Renato Koch Colomby  
Rodrigo Floriano Tolfo  
Rodrigo Wasem Galia  
Silvia Generali da Costa  
Tamires Eidelwein  
Vivian Mendonça Da Silva  
Vivian Tavares Della Valentina  
Yana De Moura Gonçalves



Publicado sob licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial  
CC BY-NC 4.0 © dos autores

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

T758

TRABALHO, tecnologia e direitos no Brasil : volume 1. / Organizadores: Julice Salvagni, Paulo José Libardoni, Renato Koch Colomby. – Porto Alegre, RS : UFRGS, 2023.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-00-73106-4

Conselho editorial: Grupo de Estudos e Ações Sobre Mulheres e Trabalho – GestAções.

1. Trabalho e tecnologia. 2. Mercado de Trabalho. 3. Condições de trabalho. 4. Saúde no trabalho. 5. Lei Geral de Proteção de Dados. I. Salvagni, Julice. II. Libardoni, Paulo José. III. Colomby, Renato Koch. IV. Título.

---

## OS EFEITOS DO MONOPÓLIO CORPORATIVISTA: PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS NO BRASIL

Nicole de Souza Wojcichoski  
Victória Mendonça da Silva  
Julice Salvagni

### INTRODUÇÃO

Na economia de mercado - vigente no modelo econômico neoliberal - os alimentos são vistos como mercadorias, sendo negociados como tal (PINHEIRO, CARVALHO, 2010). Com isso, a alimentação tornou-se um produto como qualquer outro, comercializado ao redor do mundo com o objetivo principal da obtenção de lucro, mesmo sendo essencial para a sobrevivência de todos os seres humanos. Tal imprescindibilidade dos alimentos na vida de qualquer pessoa é vista pelas corporações como uma importante oportunidade de negócio. Diante disto, a alimentação no Brasil é, do campo à mesa, uma das áreas com maior controle na mão de poucos: enquanto 50 fabricantes eram responsáveis por metade das vendas globais de alimentos em 2018 (BARTZ, 2018), 51,19% das terras agrícolas eram controladas por 1% dos proprietários rurais (BASSI, 2018). Estima-se que até 70% dos

alimentos consumidos no país por uma família sejam produzidos por dez empresas (BARTZ, 2018). A nível mundial, um quarto dos recursos produtivos são controlados por duzentas sociedades do ramo agroalimentar, e apenas dez empresas controlam um terço do mercado de sementes e 80% do mercado de pesticidas (SILVA, 2019, p. 41).

Essa concentração de controle por poucas corporações permite que caiba a elas as principais decisões acerca da alimentação mundial e das condições produtivas, que influenciam diretamente o meio ambiente, a distribuição de alimentos e o trabalho humano. Apesar do alto número de pessoas em situação de insegurança alimentar pela falta ou insuficiência de acesso à alimentação adequada, as doenças crônicas não transmissíveis, relacionadas ao consumo desequilibrado de alimentos e nutrientes, estão entre as principais causas de morte no mundo (AZEVEDO, 2008). Uma vez que essas condições de saúde ocorrem enquanto grande parte da alimentação mundial é controlada por algumas empresas, entende-se que o fornecimento de alimentos no modelo atual não provê os requisitos necessários para que a população mundial se mantenha plenamente saudável. Além disso, os prejuízos ambientais das atividades agroindustriais são relevantes. A atividade que mais ocupa espaço no território brasileiro é a criação de gado bovino (SCHESINGER, 2015), e as principais atividades emissoras de gases do efeito estufa estão relacionadas ao setor agropecuário, sendo o desmatamento a principal delas.

Assim, este estudo busca compreender a produção e o consumo

de alimentos no Brasil sob o controle das corporações agroindustriais, correlacionando as interferências desse modelo sociopolítico e econômico à vida em sociedade. Trazer ao debate a complexidade desse sistema capitalista, seu controle soberano e seus impactos permite pensar em alternativas que reduzam os danos dessa relação deletéria.

## PRODUTIVISMO E ESCASSEZ ALIMENTAR: UMA RELAÇÃO PROPORCIONAL

Como a alimentação é, além de um direito universal, uma necessidade básica, o aumento da produtividade no cultivo de alimentos parece justificar-se na urgência da redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional - que chegava a dois bilhões em 2019 (SILVA, 2019). Entretanto, a ampliação da capacidade produtiva mundial de alimentos nas últimas décadas não seguiu o processo lógico de redução do número de pessoas em situação de desnutrição ou insegurança alimentar em todo o mundo. De maneira oposta e paradoxal, esse aumento da produção de alimentos cresceu de forma diretamente proporcional à quantidade de pessoas sem acesso à alimentação adequada, apesar de haver recursos o suficiente para tal (MEIRELLES, 2004). A indústria agropecuária, baseada majoritariamente na produção através de monoculturas (SILVA, 2019), fundamenta suas ações na justificativa de acabar com o problema da fome mundial. Com o passar dos anos, entretanto, torna-se mais evidente que

está problemática segue sem resolução, enquanto outras tornaram-se preocupantes, como a degradação do meio ambiente, a qualidade do alimento que chega às famílias e as condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores do ramo.

Com a estimativa de crescimento populacional no mundo para mais de 9 bilhões de pessoas até 2050 e com a elevação do padrão de consumo de nações emergentes, “estima-se que será necessário um aumento de pelo menos 100% da produção agropecuária mundial” (SAMBUICHI et al. 2012, p. 8). Essa produção, entretanto, baseia-se majoritariamente no uso de recursos naturais e limitados. Com isso, “o aumento da produção [...] deverá ser feito principalmente a partir do aumento da produtividade, pois dificilmente a área total disponível para cultivo no mundo poderá ser significativamente aumentada” (SAMBUICHI et al., 2012, p. 9). Para que esse ganho de produtividade seja atingido, as corporações agroindustriais têm utilizado tecnologias agressivas e quantidades abundantes de agroquímicos - como fertilizantes e agrotóxicos - na produção (SAMBUICHI et al., 2012).

Para Meirelles (2004, p. 11), a “insegurança alimentar encontra-se associada ao acelerado processo de degradação das bases econômicas, sociais, biológicas e culturais da agricultura familiar ocorrido nas últimas décadas”. Ainda, o autor enfatiza que

[...] esse modelo tecnológico, baseado no cultivo de variedades genéticas de alta produtividade, na utilização de insumos químicos-sintéticos, na

mecanização e no recurso a fontes não-renováveis de energia, tem sido o responsável pela deterioração progressiva na própria base natural que assegura a estrutura e o funcionamento dos sistemas agrícolas (MEIRELLES, 2004, p. 11).

As mudanças no padrão alimentar mundial surgiram a partir do século XX, sendo baseadas tanto na criação de novos produtos alimentares, como os lanches e *fast foods*, quanto na industrialização da agricultura ocorrida na Europa (WILKINSON, 2018). As empresas do ramo alimentar perceberam que o aumento do consumo de produtos alimentícios não acompanhou o aumento de renda das famílias no período após a segunda guerra e passaram a desenvolver produtos para modificar essa realidade (WILKINSON, 2018). A abertura dos mercados mundiais na década de 1980 reduziu os controles estatais sobre o comércio de *commodities* - produtos primários e com baixo valor agregado, como os grãos -, contribuindo para a expansão das indústrias agrícolas transnacionais - muitas dessas, inclusive, consolidaram-se no mercado e possuem grande influência até os dias atuais (WILKINSON, 2018).

A negociação de *commodities* tornou-se uma atividade de peso para a economia de países do sul global, especialmente o Brasil (SCHÖNFELD e DILGER, 2018). De fato, o agronegócio possui grande relevância no PIB brasileiro e, atualmente, “três empresas brasileiras são líderes mundiais no setor da carne” (WILKINSON, 2018, p. 11). Apesar disso, ao contrário da imagem disseminada publicamente, os produtos do

agronegócio possuem diversos preços intrínsecos, que muitas vezes são sequer contabilizados e, se fossem, evidenciariam a pouca lucratividade deste ramo (BENNIG, 2016). Esses preços podem ser divididos entre o que é pago pelos consumidores, pelos contribuintes e pela natureza. O valor proveniente dos contribuintes deveria ser contabilizado principalmente devido ao grande número de subsídios oferecidos às empresas do ramo, ao contrário do que ocorre com a agricultura familiar - responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos no Brasil (BARTELT, 2016).

Com a chegada da pandemia de Covid-19, evidenciou-se no Brasil a política de produção alimentar com foco exclusivo no lucro. A desvalorização da moeda brasileira fez com que as exportações passassem a ser ainda mais atrativas para o setor agropecuário, o que gerou um aumento de 17,3% e fez com que tal setor passasse por uma situação econômica favorável, mesmo em meio à crise gerada pela pandemia (SCHNEIDER et al., 2020). Em contrapartida, o enfoque do agronegócio na exportação foi uma das principais causas do aumento expressivo nos preços dos alimentos no mercado interno, impactando o orçamento das famílias e reduzindo seu poder de compra. Ainda, o contexto de crise atingiu sobretudo os agricultores familiares. Eles relataram perda de renda, aumento no preço dos insumos e diminuição de receita – fato que atingiu de maneira mais intensa os produtores mais pobres (SCHNEIDER et al., 2020).

Apesar de a fome ainda ser um problema mundial, não há como negar que o acesso a novos padrões alimentares foi a realidade de muitas pessoas ao longo das últimas décadas. Martins et al. (2013) mostram comportamentos alimentares bastante diferentes nos domicílios brasileiros entre 1987 e 2009: em relação à quantidade total de calorias consumidas, a ingestão de produtos prontos para consumo subiu de 20,3% para 32,1% - sendo mais expressiva entre a população de menor renda - e a de ultraprocessados foi de 18,7% para 29,6%, enquanto alimentos naturais ou pouco processados tiveram redução no consumo. Alimentos ultraprocessados podem ser definidos como “formulações industriais prontas para consumo e feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos, derivadas de constituintes de alimentos ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas” (LOUZADA et al., 2015, p. 2).

O aumento no consumo de alimentos prontos e produtos ultraprocessados foi observado em estudos de outros países, como o Taiwan, o México, os Estados Unidos e o Canadá - neste último, a ingestão de ultraprocessados passou de 24,4% do volume calórico total em 1939 para 54,9% em 2001 (MARTINS et al., 2013). Nos países emergentes, a abertura de mercados, o crescimento econômico nacional e a entrada de empresas transnacionais de alimentos foram fatores que influenciaram diretamente a mudança nos padrões alimentares, assim como o aumento no nível de renda das famílias, especialmente as que não tinham condições de acessar produtos prontos. Paralelamente, o resultado

dessas mudanças na saúde da população pode ser observado: enquanto 24% dos adultos brasileiros tinham excesso de peso em 1975, essa taxa chegou a 49% em 2009, e o número de pessoas com obesidade triplicou no período (MARTINS et al., 2013). Para Giesta et al. (2019, p. 2388), a “mudança na alimentação da população brasileira é uma das principais causas da atual pandemia de obesidade e de doenças crônicas”, pois a alimentação pouco saudável, associada à falta de atividade física, é um dos principais fatores de risco para essas doenças não transmissíveis (PINHEIRO, 2005). Esses dados demonstram que a qualidade da alimentação é quase tão importante quanto o acesso a ela, e, uma vez que grande parte dos alimentos consumidos em uma família são provenientes de um número pequeno de empresas, somente os dados relativos às mudanças na saúde da população são suficientes para supor que o foco das empresas alimentares não é a nutrição adequada.

## **SOBRE A PRODUÇÃO: AS INTERFACES DA EXPLORAÇÃO NO TRABALHO RURAL**

Com a aprovação da reforma trabalhista, em 2017, as relações de emprego passaram a sofrer um processo de desregulamentação, “que reduziu a proteção aos trabalhadores e aumentou sua vulnerabilidade às formas contemporâneas de escravidão” (SAKAMOTO, 2018, p. 42). Essa reforma incluiu mudanças nas garantias de saúde e segurança dos trabalhadores, de modo que as condições degradantes de trabalho foram

facilitadas. Neste mesmo ano, ocorreu uma pressão no Congresso Nacional para que o conceito de trabalho escravo se tornasse mais abstrato, e o então presidente Michel Temer publicou uma portaria que limitava o resgate de trabalhadores em condições de trabalho escravo ao cárcere privado, ou seja, somente os trabalhadores com a liberdade cerceada e vigiados de forma armada poderiam ser resgatados (SAKAMOTO, 2018). Essa contextualização da realidade trabalhista é relevante diante do tema agronegócio por ser esse um dos principais setores em números de casos documentados de trabalho análogo à escravidão. De 1995 a 2017 a pecuária foi o setor com maior número de flagrantes de trabalho escravo - ao todo, foram 1887 casos, número mais que cinco vezes maior que o segundo lugar da lista de atividades econômicas, e correspondente a 53% do total, mesmo diante de 11 outras atividades (SAKAMOTO, 2018).

Mesmo sendo o setor com maior número de registros de trabalhadores em condições degradantes e proibidas por lei, esse não é o único problema relacionado ao trabalho do agronegócio. Na agricultura, onde a monocultura é o modo de cultivo preponderante, os trabalhadores estão constante e crescentemente expostos a substâncias químicas prejudiciais à saúde. De todos os casos de intoxicação registrados de 2007 a 2017, 42% foram decorrentes de exposição ocupacional, e de 2007 a 2016 estima-se que 48% dos casos foram relacionados ao trabalho (VALADARES et al., 2020). O aumento do uso de agrotóxicos com o passar dos anos tende a agravar e ampliar ainda mais os casos de

intoxicação. Os trabalhadores rurais da agricultura familiar são os mais vulneráveis aos problemas causados pelo uso crescente de agrotóxicos, mas a contaminação causada por pulverizações aéreas de larga escala já é a propulsora de diversos casos de “intoxicação aguda em escolas e comunidades rurais” (VALADARES et al., 2020, p. 14). Na pecuária, apesar de os problemas serem outros, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores não são muito diferentes:

Baixos salários e condições de trabalho vergonhosas são a regra. Trata-se de um serviço monótono, que exige muita rapidez e expõe a riscos, como acidentes com máquinas e produtos químicos, danos causados à coluna e aos membros. Outros fatores incluem: exposição ao frio ou ao calor, ruídos constantes, riscos de contrair doenças infecciosas e turnos noturnos ou de madrugada, dependendo do tipo de função. Além disso, a manipulação e o abate de animais são altamente estressantes. Muitos desses trabalhadores declaram que é preciso ser particularmente “duro” para executar esse tipo de serviço (SEBASTIÁN, 2016, p. 26).

Marx afirma que a crescente exploração dos trabalhadores ocasiona o aumento de capital, onde é previsto o aumento da população, o aumento do desemprego e da produção de precariedade (HARVEY, 2020). Harvey (2020) salienta que o capitalismo cresce com o apoio do Estado em diferentes localizações e que o trabalhador pode até ter a liberdade de negociar sua força de trabalho, mas só se torna independente no momento que toma os meios de produção. A desapropriação dos

produtores rurais, que vendem suas terras frente às adversidades, reside na lógica de poder capitalista. Por outro lado,

[...] a teoria liberal considera que a propriedade privada surge quando indivíduos misturam o seu trabalho com a terra e afirmam o seu direito incontestável do produto do seu próprio trabalho. Mas os trabalhadores empregados pelo capital não têm direito ao produto do seu próprio trabalho. Esse produto pertence ao capital. E os trabalhadores também não têm o direito de controlar o processo de trabalho, porque o processo de trabalho é concebido pelo capital (HARVEY, 2020, p. 51).

Além de estarem expostos aos riscos inerentes das atividades agropecuárias e serem, muitas vezes, reféns do uso de agrotóxicos e de grandes corporações utilizando sementes transgênicas, os trabalhadores e pequenos produtores da agricultura familiar sofrem uma pressão constante causada por diferentes dinâmicas que levam à gentrificação. No momento em que Mera (2016, p. 448) afirma que “os movimentos migratórios estão relacionados com a própria existência do homem e a procura por melhores condições de vida”, ela está, de certa maneira, sintetizando uma das perspectivas do processo de gentrificação. A gentrificação não precisa ser necessariamente urbana, decorrente da valorização de territórios através de especulação imobiliária. Ela pode ser identificada no momento em que se gera uma concorrência tão grande e desleal que obriga o pequeno produtor rural a vender seu terreno e procurar outra maneira de sobreviver.

A agricultura familiar, onde a família é proprietária dos meios de produção e responsável pelo trabalho na propriedade (WANDERLEY, 2009), sofre com a concorrência e a dificuldade de elevar o pagamento da mão de obra para acima da linha de pobreza no nordeste brasileiro (HELFAND, 2014). A falta de acesso à tecnologia, informação e rede sociotécnica e cooperativa são fatores determinantes para a impossibilidade de aumentar a renda dentro desses empreendimentos (BITTENCOURT, 2020). Assim, as pressões econômicas colocam o pequeno agricultor como alvo fácil para que grandes proprietários os forcem a vender suas terras (SILVA, 2017), somando-se à pressão demográfica e à falta de acesso à infraestrutura básica para sua sobrevivência na região.

Em pesquisa realizada sobre as desapropriações na construção da ferrovia transnordestina para exploração territorial pelo agronegócio e extrativismo mineral, constatou-se que o licenciamento ambiental e traçado ferroviário para fins de desapropriação foram construídos de maneira desconexa. Tal estudo indica que isso foi feito sem “se preocupar com quem e como estaria sendo desapropriado, nem pensar as desapropriações em harmonia com as ações de compensação socioambiental” (PEREIRA, 2020, p. 3). Ainda, afirma-se que: “o convênio com os órgãos estaduais e a judicialização compulsória é parte de uma estratégia de exercício de pura soberania para viabilizar política e economicamente o empreendimento, disfarçado de formalismo jurídico-administrativo” (PEREIRA, 2020, p. 3). Com isso, observa-se

que o processo de gentrificação rural assume diferentes faces dentro da lógica neoliberal, sendo mais um aspecto da exploração da qual o trabalhador é submetido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação alimentar brasileira em um contexto de crise – como o causado recentemente pela pandemia de Covid-19 –, evidencia a lógica de dominação do agronegócio em relação à produção e à alimentação. Enquanto a crise econômica impulsionada pela pandemia tomava forma, deixando ainda mais pessoas sem emprego e prejudicando de forma intensa os pequenos produtores, as grandes empresas do agronegócio aumentaram as exportações, aproveitando a desvalorização da moeda nacional para potencializar os lucros. O resultado disso pôde ser observado no aumento expressivo dos preços dos alimentos, fator que diminuiu o poder de compra das famílias e colaborou com o aumento da insegurança alimentar. As dificuldades enfrentadas pela população em relação à alimentação exemplificam o que ocorre quando o principal interesse das corporações agroindustriais é o lucro - ao contrário da ideia de prosperidade e resolução do problema da fome que é vendida por essas empresas como justificativa para os danos causados por suas atividades.

À medida que a população mundial aumenta e a economia torna-se mais globalizada -com abertura de comércios nacionais e facilitação de importações, as corporações transnacionais ganham força e

conseguem se instalar em todo o mundo. Há uma intencionalidade por parte das corporações, portanto, de alocar-se nos lugares que proporcionam maior lucratividade e exploração de diferentes recursos naturais e de trabalho humano precarizado, especialmente nos países cujas legislações ambiental e trabalhista são mais flexíveis. Com isso, essas corporações possuem, cada vez mais, influência sobre a política local, a legislação e a alimentação da população. É por conta desta influência que poucas empresas são responsáveis por grande parte da alimentação nacional e que produtos potencialmente prejudiciais à saúde humana são comercializados, utilizados e popularizados, como é o caso dos alimentos ultraprocessados, dos agrotóxicos e das sementes transgênicas.

A dinâmica neoliberal aliada ao apoio estatal, por meio de incentivos fiscais e negligências, contribui para práticas que vitimiza a parcela mais vulnerável da população. Ademais, urge que toda e qualquer pessoa tenha consciência de que também está sendo refém de produtos ultraprocessados que trazem incontáveis malefícios à saúde. É fundamental que se dissemine a informação sobre os povoados e famílias que estão sendo obrigados a abandonar sua terra para dar espaço para uma indústria que busca exclusivamente a extração de valor material.

Esse estudo evidenciou o potencial destrutivo das corporações agroindustriais ao meio ambiente, à saúde humana, aos trabalhadores, às minorias – como os indígenas e quilombolas –, à distribuição de terras, aos biomas brasileiros, entre outros. Isso ocorre não apenas pelas

condições em que as atividades dessas empresas são desenvolvidas, mas pela proporção que elas tomaram mundialmente através de fusões e exploração constante de novos mercados. Desta forma, é necessário pensar em alternativas a essa complexa realidade, especialmente tomando como premissa uma completa transformação do modelo econômico atual. No cenário neoliberal hegemônico, em que o lucro assume o protagonismo, ignorando quaisquer custos humanos e ambientais, não há espaço para modos sustentáveis, saudáveis ou decentes de se produzir.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elaine de. Reflexões sobre riscos e o papel da ciência na construção do conceito de alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 6, p. 717-723. Nov/dez 2008.

BARTELT, Dawid. Introdução. In: SANTOS, Maureen (Org.). **Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. 68 p.

BARTZ, Dietmar. “Fabricantes: marcas dominando mercados”. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

BASSI, Bruno Stankevicius. Latifúndio: quem são os donos da terra no Brasil? In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

BENNIG, Reinhild. O custo oculto da carne e das salsichas. In: SANTOS, Maureen (Org.). **Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015. 68 p.

BITTENCOURT, DM de C. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2020.

DE MERA, Claudia Maria Prudêncio. O desenvolvimento agrícola e o processo migratório no Brasil. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 2, p. 445-462, 2016.

HARVEY, David. **The anti-capitalist chronicles**. London: Pluto Press, 2020.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; BRESNYAN JUNIOR, E. W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do censo agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Brasília, DF: Ipea, 2014. p. 279-311.

LOUZADA, Maria Laura da Costa; MARTINS, Ana Paula Bortoletto; CANELLA, Daniela Silva ; BARALDI, Larissa Galastri ; LEVY, Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira; MOUBARAC, Jean-Claude; CANNON, Geoffrey; MONTEIRO, Carlos Augusto. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.49, n. 38, p. 1-11, 2015

MARTINS, Ana Paula Bortoletto; LEVY, Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira; MOUBARAC, Jean Claude; MONTEIRO, Carlos Augusto. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 655-665. 2013.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas**, v. 1, n. 0, p. 11-14. 2004.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 70, p. 125-139, maio/ago 2005.

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; CARVALHO, Maria de Fátima Cruz Correia de. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica de desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 121-130, 2010.

SAKAMOTO, Leonardo. Condições de trabalho: de vitrine a vidraça. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Ângelo Constantino de; SILVA, Ana Paula. Moreira da; LUEDEMANN, Gustavo. A sustentabilidade ambiental

da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios. **Instituto Brasileiro de Economia Aplicada**, Brasília, texto para discussão nº 1782, out. 2012.

SCHENEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex; MARINHO, Marisson de M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 167-188. 2020.

SCHÖNFELD, Annette von; DILGER, Gerhard. Introdução: muito além da propaganda. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.

SILVA, Luiza Godinho. **Mercado da fome: Um estudo sobre o sistema alimentar global**. 2019. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2020.

SILVA, Renato Cruz, **Agricultura Familiar nos EUA: concentrada, rica, mas também vulnerável**. Embrapa, Brasília, 14 setembro 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa/busca-de-noticias/-/noticia/27400490/agricultura-familiar-nos--eua-concentrada-rica--mas-tambem-vulneravel/>> Acesso em 15 jan. 2021.

VALADARES, Alexandre Arbex; ALVES, Fábio; GALIZA, Marcelo. Nota Técnica nº 65 (Disoc): O crescimento do uso dos agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados do Censo Agropecuário 2017. **Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada**. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2009.

WILKINSON, John. História: Supersize Me. In: SANTOS, Maureen.; GLASS, Verena. (Org.). **Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. 60 p., 29,7 cm. ISBN 978-85-62669-25-5.